

A história do abastecimento de água a Lisboa



1746: ano em que as águas do Aqueduto das Águas Livres começaram a chegar a Lisboa

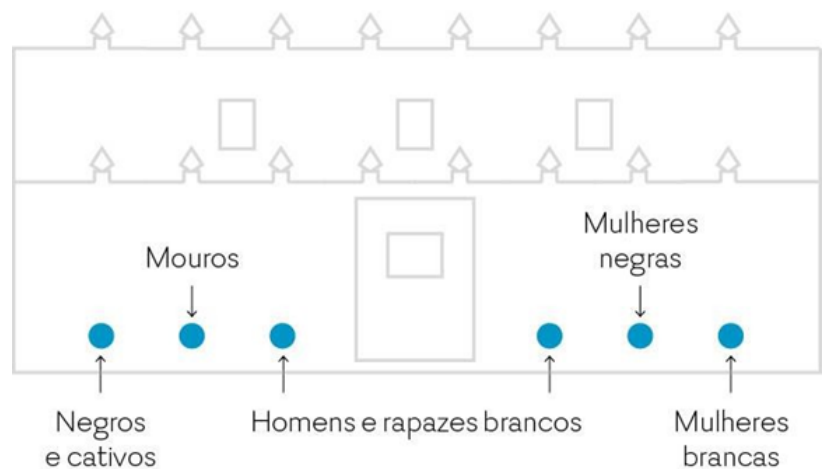
Cinquenta réis por cada molho de palha, seis réis por cada litro e meio de vinho e cinco réis por meio quilo de carne foram alguns dos impostos criados em 1729 para pagar as obras do Aqueduto das Águas Livres a que chamaram “real d’água”. Só o imposto da carne, incidindo sobre a venda de 28 mil bois, 1 200 vitelos, 28 mil carneiros e 12 mil porcos, rendeu num ano 12 mil réis.

A empreitada arrancou em 1731, ano em que a água escasseava em Lisboa, onde viviam cerca de 200 mil pessoas distribuídas por 44 mil casas. A água chegava-lhes através dos chafarizes e

era vendida pelos aguadeiros em cântaros de barro, potes ou barris. Quanto mais alto fosse o piso a que estes tivessem de subir para a entregar, mais caro seria o preço.

As condições precárias de abastecimento melhoraram com chegada das primeiras águas do Aqueduto à cidade, em 1746, mesmo que as obras só viessem a terminar em 1799, triplicando a quantidade que abastecia a capital. Só que, mesmo assim, não era suficiente. Os 58 135 metros de comprimento das ramificações do aqueduto passaram a servir para abastecer mais chafarizes, criados em diversos pontos da cidade, assim como as casas nobres, os conventos e a indústria.

Distribuição das Bicas por Grupo Social e Racial em 1551



Percorrendo hoje as galerias subterrâneas do aqueduto, que longe do barulho e do trânsito, onde antes corria a água, continuam a ligar a cidade por baixo de terra, ainda se veem as saídas de água que abasteciam algumas dessas casas. Eram de famílias que tendo dado acesso às nascentes das suas quintas nos arredores de Lisboa, lhes dava, em troca, o direito a uma ligação quase direta a casa.

UMA OBRA INOVADORA

A obra do aqueduto foi imensa para a época: complexa, bem pensada e com uma estrutura que resistiu ao terramoto de 1755. “É uma obra muito inovadora”, resume Mariana Castro Henriques, diretora do Museu da Água. “A estrutura de ferro do aqueduto e o facto de ter sido construído em linha reta terão ajudado a que fosse capaz de aguentar o terramoto.”

Mesmo depois do fim das obras, ao longo do século XIX, continuaram a ser construídos mais chafarizes. O maior problema mantinha-se: o caudal que vinha das nascentes em redor da cidade continuava a ser insuficiente para abastecer a cidade.

O ano de 1852 marca a criação de uma rede domiciliária de água em Lisboa. Cinco anos depois surgiu a primeira empresa privada com a missão de abastecer de água a cidade, mas perderia a concessão em 1863, num momento de “plena crise de carência de água”, num ano quente e seco que deu origem a muitas queixas, lê-se no livro *Barbadinhos – Do vapor ao museu*, do Museu da Água da EPAL.

Quatro anos depois, em 1868, é criada a Companhia das Águas de Lisboa (CAL), que teve a concessão do abastecimento de água à cidade de Lisboa até 1974, e a que sucedeu a atual EPAL.

1990: 22 LITROS POR DIA E POR PESSOA

A partir de 1880 começa a ser preparado o sistema que vai trazer mais água até Lisboa, a partir do rio Alviela. Nesse ano entra em funcionamento a estação elevatória dos Barbadinhos, o que trouxe mudanças, incluindo a construção de canalizações.

“As águas do rio Allviela, trazidas a Lisboa na distancia de 114.050 metros, através de importantes obras de arte, representa um dos mais notáveis melhoramentos hygienicos da capital, nos tempos modernos”, lê-se no livro do Museu da Água. “Á pobreza hydrologica expressa no limitado numero de 18 litros diarios por habitante sucede, não a opulência de 1.105 litros, como tem Roma, de 568 como tem New York, de 470 como Marselha, 400 Carcassona, 240 Dijon, mas a abundancia que na estiagem dá o

Evolução do abastecimento de água à Região de Lisboa



Aqueduto das Águas Livres dentro de Lisboa



numero de 40.000 metros cúbicos diários, ou 200 litros para cada habitante, quantidade relativamente superior á que tem Bordéus (176 litros), Paris (69), Lyão (85), Narbonne (85), Nantes (60), etc.”

Em 1900, Lisboa já tinha 351 mil habitantes e 78 mil casas. A energia a vapor que alimentava as estações elevatórias, como a dos Barbadinhos, permitiu a evolução tecnológica e a modernização do sistema. No início dos anos 1920, o consumo médio diário de água na capital não ultrapassava os 22 litros por pessoa, enquanto noutros países mais desenvolvidos já chegava aos 150 litros.

O abastecimento residencial ainda estava longe de ser generalizado e, se em Lisboa só ainda chegava água a uma pequena parte da população, o resto do país continuava muito distante dessa realidade.

UMA EVOLUÇÃO LENTA



A década de 1930 marca uma melhoria do sistema depois de ter sido celebrado um contrato entre o Governo e a CAL, sendo ministro o engenheiro Duarte Pacheco. São feitos investimentos e arranca a construção do aqueduto do Tejo, alimentado por águas da bacia hidrográfica do rio a partir de 1940.

Em 1941, três quartos da população de Lisboa já tinha rede de água domiciliária, mas os números no resto do país eram mais baixos. Apenas 26% da população portuguesa tinham acesso a sistemas de distribuição de água em casa. Décadas mais tarde, em 1972, a rede de água em casa chegava a 40% do país, dependendo 26% de fontanários e não tendo 33% acesso a sistemas de distribuição. Em 1987, começa a funcionar o subsistema de Castelo de Bode de que hoje depende em grande escala a água que chega a Lisboa e aos outros concelhos abastecidos pela EPAL.

Mais de dois séculos depois do fim das obras do Aqueduto das Águas Livres, muito mudou na forma como a



água chega às casas. Hoje, a rede pública de abastecimento serve todas as casas do concelho de Lisboa, incidindo agora o investimento na manutenção da qualidade da água para consumo.

Autor: Prof. Doutor Victor-Hugo Forjaz, Observatório Vulcanológico e Geotérmico do Açores (texto com ligeiras adaptações)